



ESCOLA VIVA: IMPLEMENTAÇÃO DOS INTERESSES DO BLOCO NO PODER NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO¹

Escola Viva: implementation of the interests of the power block in the state of Espírito Santo

LEAL, Fernando de Oliveira²
LIMA, Marcelo³

RESUMO

Este artigo visa analisar como construção do projeto educacional, denominado “Escola Viva” (forma antecipada de reforma do ensino médio ainda em 2015) de viés privatista e gerencialista se articula com os interesses e métodos de determinadas frações de classe. Para a análise, utilizou-se a abordagem qualitativa, com pesquisa documental de artigos e dissertações que trazem a temática e a análise de discurso de entidades e personalidades envolvidas no processo de implementação de reformas educacionais. Identificamos na entidade organizada pelo movimento empresarial, denominada “Espírito Santo em Ação”, aparelho privado de hegemonia que representa ao mesmo tempo espaço de coesão e de produção do bloco no poder atuante no estado. Desde os anos 2003 dois governadores (Paulo Hartung e Renato Casagrande) revezam-se, cada um a seu modo, na liderança da construção de políticas educacionais que se articulam com este bloco no poder consolidando sua coesão e viabilidade.

Palavras-chave: Escola Viva. Espírito Santo em Ação. Bloco no Poder.

ABSTRACT

This article aims to analyze how the construction of the educational project, called “Escola Viva” (early form of high school reform still in 2015) with a privatist and managerial bias is articulated with the interests and methods of certain fractions of class. For the analysis, a qualitative approach was used, with documentary research of articles and dissertations that bring the theme and discourse analysis of entities and personalities involved in the process of implementing educational reforms. We identified in the entity organized by the business movement, called “Espírito Santo em Ação”, a private device of hegemony that represents both the space of cohesion and the production of the bloc in power in the state. Since 2003, two governors (Paulo Hartung and Renato Casagrande) have taken turns, each in their own way, in leading the construction of educational policies that articulate with this bloc in power, consolidating their cohesion and viability.

Keywords: Escola Viva. Espírito Santo em Ação. Block in Power.

¹ Artigo original realizado com financiamento da CAPES.

² Graduado em ciências sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestrando em educação pela UFES. Professor de sociologia na Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

³ Doutor em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e graduado em pedagogia pela UFES. Professor Associado I do Departamento de Educação, Política e Sociedade, no Centro de Educação da UFES, membro do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES.

INTRODUÇÃO

A educação tem sido palco de lutas e enfrentamentos entre diversas concepções no Brasil. Após o golpe jurídico-parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff, acirrou-se um processo de ofensiva burguesa na educação ainda no governo Temer, com a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2017, responsável por congelar os gastos primários nas áreas sociais por 20 anos fiscais, e com a lei nº 13.415/2017, que instituiu a reforma do ensino médio. A eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência leva a um aprofundamento da ofensiva neoconservadora na educação, resultando em mais cortes na educação e na tentativa de perseguir professores e estudantes que explicitem um pensamento crítico na educação.

Neste artigo buscamos identificar as frações de classe componentes do bloco no poder que se moveram para promover a antecipação da reforma do ensino médio no Espírito Santo, pelo Programa Escola Viva⁴, e os interesses defendidos com tal proposição. Para alcançar esses objetivos, buscamos o referencial teórico de Nicos Poulantzas, no que diz respeito à sua análise sobre Estado, classes sociais, luta de classes e hegemonia.

Os dados foram coletados a partir de matérias, entrevistas com lideranças políticas e empresariais e de artigos de opinião veiculados em jornais de grande circulação no estado, assim como em publicações do Espírito Santo em Ação⁵ (ES em Ação), do Programa Escola Viva e de órgãos do governo. O conteúdo foi ordenado e passou por uma análise de discurso que partiu do contexto dos escritos para compreender os elementos centrais no texto, conceitos-chave e jargões, passando a novas interpretações dos fatos ao proceder à análise documental a partir do nosso referencial teórico (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Com isso, buscou-se compreender o contexto atual de crise do capital em nível mundial e nacional que possibilitou o avanço burguês, e como o capitalismo atual está organizado, sua crise e como se manifestou nos governos progressistas da América Latina e sobretudo no Brasil.

Posteriormente, passamos ao debate sobre Estado, luta de classes e hegemonia, sob a perspectiva de Nicos Poulantzas. Assim, atentaremos para a explicação do Estado como condensação da relação entre as classes sociais, do bloco no poder e da dinâmica da luta de classes para a manutenção da hegemonia política, ideológica e econômica. Num outro item, expomos os pilares da atual reforma do ensino médio (lei nº 13.415/2017) trazendo suas características e expondo suas conexões com a implementação do Programa Escola Viva no Espírito Santo. Posteriormente analisamos a relação entre os governos do estado, em especial das gestões de Paulo Hartung, com o movimento empresarial ES em Ação, além de analisar o próprio movimento empresarial, a fim de visualizar a conformação do bloco no poder no estado. Num quarto ponto, analisamos o Programa Escola Viva: processo de implantação, como e por quem foi elaborado, propostas e pressupostos, visão de mundo e efeitos que beneficiaram o bloco no poder no Espírito Santo.

O atual modo de acumulação capitalista é protagonizado pelo capital financeiro, que impõe às outras frações do capital e ao trabalho a lógica da produção de lucros de curto prazo e que para tanto precisa mercantilizar os vários setores da vida social e que para

⁴ Programa idealizado pelo governo do Espírito Santo em conjunto com o ICE e com o ES em Ação, iniciado em 2015, que implementa no ensino médio uma escola em tempo integral baseada na pedagogia da presença e na escola da escolha, com forte presença e protagonismo empresarial em sua formulação e implantação.

⁵ Movimento empresarial capixaba analisado aqui como aparelho privado de hegemonia e disposto a construir um projeto de poder a longo prazo no estado atuando em conjunto com os governos estaduais.

tanto vem radicalizando ampliação dos mercados por meio da privatização do Estado, intensificação/precarização do trabalho e redução dos gastos públicos destinados a suprir o provimento dos direitos sociais em geral. Tal receituário, no entanto, levou os países dependentes e periféricos como o Brasil ao agravamento da crise econômica e social pela ausência de crescimento da produção, dos altos níveis de desemprego e da exclusão (POCHMANN, 2017). Na América Latina, um ciclo progressista elegeu governos com pautas consideradas pós-neoliberais, privilegiando reformas econômicas progressistas com elementos neodesenvolvimentistas, buscando maior distribuição de renda, soberania e políticas públicas (BERRINGER, 2014; DA SILVA, 2015).

No Brasil houve ênfase em políticas públicas sem alterações estruturais, com mudanças graduais e intervenção na economia via regulação e novos investimentos, sobretudo infraestruturais (DA SILVA, 2015), privilegiando o crescimento econômico e a transferência de renda. Esse período pode ser identificado por um desenvolvimentismo fraco e com menores taxas de crescimento, industrialização e de embate com os interesses do capital internacional (BOITO JR., 2012).

Segundo Boito Jr. (2012), devido a conflitos secundários com o imperialismo, a fração de classe à frente desse projeto foi a burguesia interna. Também presentes na base de sustentação desse projeto, estiveram o proletariado urbano, interessado na geração de empregos e em aumentos salariais reais; as classes médias, interessadas em concursos públicos e valorização do funcionalismo público; o campesinato, interessado nos investimentos em agricultura familiar e abertura do mercado institucional; e os desempregados e subcontratados, interessados nas políticas de transferência de renda.

Em 2013, a crise mundial atinge o preço das *commodities* resultando em forte queda de preço. Com isso, os países latino-americanos de governo progressista e de economia dependente, com produção e pauta de exportação primordialmente primário-exportadora, entre eles o Brasil, entraram em estagnação e recessão econômica, facilitando a aparição de crises políticas (POCHMANN, 2017). Aqui, as forças neoliberais, representadas pelo grande capital internacional e financeiro, juntamente com a burguesia brasileira subordinada e associada aos interesses imperialistas, arregimentaram a alta classe média e setores da burguesia interna e neoconservadores para derrotar o projeto neodesenvolvimentista (BOITO JR., 2016).

A partir do golpe parlamentar, jurídico e midiático que colocou um governo neoliberal com Michel Temer à frente, o país se alinha de forma passiva e subordinada à globalização neoliberal, transitando para uma sociedade de serviços em meio a desindustrialização com reprimarização das exportações, transformando, aos poucos, o Estado em simples Estado Gendarme (POCHMANN, 2017).

Como prática, num plano de governo neoliberal ortodoxo, agressivo e excludente, com medidas regressivas e pesadas sobre as classes populares brasileiras, pode-se ver o avanço de pautas antipopulares: reforma trabalhista, nova lei de partilha do pré-sal, diminuição do Bolsa Família, reedição da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a EC nº 95/2016 com graves repercussões para o financiamento dos gastos sociais, inviabilizando a concretização do atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) (POCHMANN, 2017).

Com o governo Bolsonaro houve um reajustamento do bloco do poder que passou a ser liderado por setores ultraconservadores e ainda mais neoliberal que, ao exercer sua hegemonia caótica, viabilizou perdas ainda mais profundas nos direitos sociais, restringindo os elementos democráticos de contestação, demonizando as vozes e

perseguindo os setores não adestrados por meio da guerra híbrida viabilizada pelas redes sociais e por “*fake news*”.

ESTADO, LUTA DE CLASSES E HEGEMONIA

Com uma orientação baseada em Poulantzas (1985) observamos a luta de classes que se organiza no interior do Estado tendo em vista seus elementos de condensação que dão origem a formação dos blocos do poder em cada momento histórico. Esse processo determina e é determinado por elementos políticos e ideológicos para conduzir a reprodução e a produção da vida social e sua organização política que ocorre no Estado. Para Poulantzas (1985), o Estado atua na formação e reprodução das classes sociais, mas em última instância ele resulta da luta de classes. A conformação, no entanto, desse antagonismo espalha-se pelas várias frações de classe e situa-se no campo econômico, mas também cultural e ideológico. As classes sociais são aqui vistas como um conjunto de agentes sociais condicionados pelas ações políticas que tomam, pela sua posição ideológica e, principalmente, pelo lugar que ocupam no processo de produção. Portanto, a luta de classes é o enfrentamento entre classes sociais com interesses contrários pela prevalência de seus interesses, sendo a burguesia e o proletariado as duas classes fundamentais nesse processo (BUGIATO, 2014).

Retomando a visão do Estado como condensação das relações de classes, é preciso enfatizar que ele atua para manter o isolamento – decorrente das relações de produção – entre as classes dominadas e para unificar as classes dominantes como bloco no poder. Nesse contexto, a democracia representativa apresenta-se como um mecanismo capaz de limitar minimamente o poder das classes dominantes, mesmo que essas classes participem do poder político apenas como dominados, de forma subalterna e sem modificar o núcleo do Estado – fato só contornável por transformações radicais. A utilização desse mecanismo só se tornou possível porque as lutas de massas obrigaram a burguesia a incluir os despossuídos no jogo democrático, expondo que o poder das massas e sua luta originam-se fora do Estado, mas por sua natureza política, tendem a adentrar no aparelho de Estado (CARNOY, 1988).

O bloco no poder é essa unidade contraditória das frações de classe burguesa em favor do objetivo político comum de manutenção das relações de produção capitalistas, mas ao mesmo tempo não exclui os interesses particulares de cada fração. Nesse contexto, existe um núcleo hegemônico composto por uma ou mais frações de classe dominante, que conquistam a hegemonia no interior do bloco no poder e têm a capacidade de fazer prevalecer seus interesses particulares no bloco. Assim, a fração hegemônica não só lidera a unidade política do Estado burguês, como também orienta as ações estatais promovendo a constituição e o (re) posicionamento das demais frações de classe no interior do bloco (BUGIATO, 2014).

A partir dessa formulação podemos compreender a necessidade de analisar aspectos econômicos, políticos e ideológicos do objeto pesquisado, tendo claro que no centro dessa análise deve estar a luta entre as classes sociais, motor da história, desenvolvida através do desenrolar das contradições existentes. Com tal abordagem poderemos, ao mesmo tempo, fugir de interpretações que supervalorizam a ação de indivíduos isolados e desorganizados e evitar análises com um estruturalismo determinista, incapaz de ver potencial de transformação na realidade a partir da luta de classes e da disputa de espaços democráticos. Tendo isso em vista, indagamos a maneira pela qual as frações de classe do bloco no poder, no Espírito Santo, vêm condensando seus interesses de

modo a consolidar sua coesão.

CONSTITUIÇÃO DO BLOCO DO PODER NO ES

No início dos anos 2000, o presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) e os presidentes de suas principais comissões monopolizavam o andamento dos processos legislativos e utilizavam isso para barganhar seus anseios pessoais com o poder executivo estadual. Esse grupo foi acusado de corrupção e envolvimento com o crime organizado, sendo que o governador do período, José Ignácio, também respondia a acusações criminais (RAINHA, 2012).

Nesse contexto, alguns empresários elaboraram que era necessário mobilizar forças sociais e políticas em torno de um projeto político comum para superar tal crise. Para isso, seria necessário realizar a mudança das lideranças políticas do estado elegendo um novo governador com uma concepção de gestão pública comprometida com equilíbrio, planejamento e moralização da administração pública. A liderança encontrada para tal foi Paulo Hartung (à época do PSB), eleito em 2002. O grupo de empresários viria a institucionalizar-se no ano seguinte como um aparelho privado de hegemonia⁶ denominado ES em Ação (RAINHA, 2012).

Segundo Rainha (2012), os fundadores do ES em Ação buscavam estabilidade institucional para sustentar um projeto de desenvolvimento. Organizaram-se, segundo Rainha (2012) com forte influência do modelo pluralista, com autonomia, autodeterminação, participação voluntária e não hierárquica, tendo como instâncias internas, à época, o conselho deliberativo, o comitê estratégico e os conselhos temáticos. A primeira instância reunia os membros fundadores e decidia as principais questões, a segunda era um órgão político de articulação e as terceiras coordenavam os projetos prioritários.

Assim, o governo encontrou no ES em Ação um forte aliado capaz de influenciar a opinião pública a seu favor, tanto pela participação de três redes de comunicação na entidade (Rede Gazeta, TV Vitória e TV Capixaba) quanto por patrocinar ações, estudos técnicos, *workshops* e seminários benéficos ao projeto defendido por ambos, o que mostra a capacidade desses setores burgueses para influenciar a política e defender seus interesses políticos e econômicos sem depender primordialmente de participar com membros do aparelho de hegemonia na disputa eleitoral (RAINHA, 2012).

Para o segundo governo de Hartung fora elaborado conjuntamente pelo governo e pela entidade empresarial um plano estratégico denominado Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, ou simplesmente ES-2025, que contava com metas de curto, médio e longo prazo para sua implementação até 2025. Tinha 11 estratégias de desenvolvimento com 18 metas e 93 projetos estruturantes. Era um projeto voltado para toda a sociedade com um discurso voltado para o bem comum, mas defendendo os interesses empresariais (RAINHA, 2012).

Para o período de 2010 a 2014 foi eleito, com o aval de Paulo Hartung e do ES em Ação, Renato Casagrande para o executivo estadual. Porém, o candidato natural para a

⁶ Para Gramsci (1988), os aparelhos privados de hegemonia são organizações classistas dispostas a construir consenso para dirigir a sociedade, não abrindo mão da coerção e da dominação pela sociedade política. São os partidos, movimentos sociais, sindicatos, igrejas e demais entidades da sociedade civil que disputam a hegemonia.

substituição de Hartung seria seu vice-governador, Ricardo Ferraço. Isso indica uma fissura do bloco no poder e inflexão no atendimento prioritário de seus interesses. Casagrande demonstrou maior abertura para diálogo com setores diversos da população e da administração pública dos municípios, fazendo mais concessões num ambiente mais democrático. Apesar disso, representou os interesses do ES em Ação e fez parte da elaboração do novo Plano Estratégico, denominado ES-2030, que ampliava o plano ES-2025, escrevendo, inclusive, o texto inicial do documento (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2013).

Com o Plano ES-2030, mudam alguns setores estratégicos e, portanto, alguns comitês estratégicos, que passam a ser sete: Gestão pública e social, Educação, Desenvolvimento, Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Energias Renováveis e, por fim, Inserção Competitiva (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2018).

A formulação dos planos estratégicos sem a participação popular e baseada primordialmente nos recursos, estudos e intelectuais demonstram a utilização do conhecimento para fins estratégicos que isolam ainda mais as classes populares dos processos decisórios, desautorizados pela falta de acesso aos conhecimentos utilizados e elaborados, assim como pela falta de capacidade de intervenção, contato direto com os definidores do programa político e pelo desconhecimento dos caminhos e atalhos políticos utilizados pelos empresários.

Cabe aqui uma série de questionamentos sobre a formulação do Plano ES-2030. Seria uma ampliação do projeto de dominação do bloco no poder ou uma readequação de suas metas diante da conjuntura desfavorável vigente com o desenrolar da crise do preço das *commodities* na América Latina, assim como o início de uma crise política no Brasil? Qual a relação desse processo com o perfil do governo Renato Casagrande? E qual a relação desses fenômenos com a diminuição da popularidade do governo Hartung? Independente dos questionamentos, Hartung, o candidato considerado ideal para o bloco no poder, foi eleito para seu terceiro mandato no executivo estadual no pleito de 2014, estando à frente do executivo capixaba de 2015 a 2018 pelo atual MDB e com César Colnago, do PSDB, como vice-governador (GAZETA ONLINE, 2015).

Em seu discurso de posse, realizado em 1º de janeiro de 2015 na ALES, Hartung disse que o estado teria perdido o rumo e o ritmo de crescimento durante a gestão de Renato Casagrande⁷ (2011 a 2014) e que o grande desafio de sua gestão seria fazer o estado avançar com prosperidade com a retomada do equilíbrio fiscal, da capacidade de investimento com recursos próprios e da construção de uma sociedade inclusiva e sustentável (GAZETA ONLINE, 2015).

Dentro desse período várias lutas populares ocorreram e, em pouco mais de três anos e meio, o governo realizou 12 (38,71%) de suas 31 promessas de campanha, tendo cumprido em parte 7 delas (22,58%) e não cumprido outras 12 (38,71%) (G1, 2018). Já no final de seu mandato, em 09 de julho de 2018, o governador declarou que não concorreria à reeleição para um quarto mandato e declarou, posteriormente, que já havia cumprido seu papel como governador do estado e seria hora de “passar o bastão”, mesmo não tendo cumprido nem metade de suas promessas de campanha. Destacou como pontos positivos de seu governo a organização das contas públicas, a realização de projetos inovadores e projeção do estado como referência para o resto do país

⁷ Renato Casagrande foi eleito como continuador da obra de Paulo Hartung. Porém, os dois tornaram-se adversários políticos com o desenvolvimento do governo Casagrande.

(GAZETA ONLINE, 2018).

Desde essa declaração, várias manifestações e especulações sobre sua candidatura foram publicadas por diversas mídias, sendo que seis partidos de sua base aliada assinaram manifesto pedindo que ele fosse candidato à reeleição (GAZETA ONLINE, 2018). A partir dessa afirmação, poderemos analisar mais propriamente as ações desses sujeitos sociais na área educacional, como faremos a seguir.

A REFORMA EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO – IMPLEMENTAÇÃO OU ANTECIPAÇÃO NO ES

A lei nº 13.415/2017 altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o decreto-lei nº 236/1967, sobre a radiodifusão. Além disso, revoga a lei nº 11.161/2005, que tornava obrigatória a oferta da língua espanhola, e institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral (BRASIL, 2017a). Tendo o contexto nacional claro, é preciso compreender que a reforma do ensino médio não surge do nada, mas converge com interesses políticos e econômicos já em marcha que dão origem a próprio golpe e visavam responder a crise do capital.

O governo local de plantão convergente com as ideias pedagógicas e políticas que deram origem à reforma do ensino médio, ainda em 2014, já gestava projeto educacional afinado com os elementos moralistas e privatistas da oferta do ensino médio em tempo integral. Em 2015, mas sobretudo a partir de 2016, enquanto a medida provisória nº 746 era publicada, um projeto educacional de base empresarial era implementado: o Projeto de ensino médio em turno único denominado “Escola viva”. Em 2016, aprovado a toque de caixa pela assembleia legislativa e sob os protestos de estudantes e trabalhadores da educação pública capixaba, nos anos seguintes várias escolas que já funcionavam em três turnos foram transformadas “à forceps” em unidades de ensino do projeto Escola Viva, o que excluiu muitos alunos que foram forçados a estudarem em outras unidades de ensino.

Em 2017, artífice do golpe e autor-condutor da reforma do ensino médio no Brasil, Mendonça Filho, em 29 de junho de 2017, foi ao estado do Espírito Santo para conhecer o Programa Escola Viva. Na oportunidade o Ministro da Educação, elogiou muito o programa ao dizer “[...] defendo que projetos como este combatem a evasão, otimizam recursos e competências. Estou maravilhado com o que vi no Espírito Santo” (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2017, p. 09). Nesta visita oficial noticiou-se o que seria o êxito da reforma do ensino médio em nível nacional ocorrida antecipadamente no estado por meio da Escola Viva de São Pedro, em Vitória. Mas tal projeto apesar de ter suas bases lançadas em Pernambuco (Recife) quando da atuação Instituto de Corresponsabilidade Educacional, ICE, é gestado no interior da organização representante do setor empresarial local, denominada de “Es em ação”.

Em dezembro de 2017, a Folha de São Paulo dando força ao projeto local entrevistou Haroldo Rocha, secretário de educação do estado, que destacou os planos de ampliação do Escola Viva para 300 escolas até 2030, a importância da utilização da metodologia

do Instituto Unibanco na gestão escolar, a criação do Paes⁸ e a parceria com o Instituto Ayrton Senna para desenvolver as competências socioemocionais (FOLHA, 2017).

A projeção nacional da experiência capixaba na educação não ocorre somente pelo fato de Paulo Hartung, então governador do estado, fazer parte do mesmo partido de Michel Temer, mas pela enorme coesão interna na implementação desses programas em nível estadual. Essa coesão, muitas vezes, aparece como sendo de responsabilidade de bons gestores com capacidade técnica e política para atuarem no serviço público. Seria somente esse o motivo? Existem diversos fatores que influem e determinam as possibilidades de execução de um determinado programa, sendo que um dos mais importantes é a existência de uma base política e ideológica que aceite como legítimas as propostas educacionais.

A parceria entre o governo do estado e os setores privados é antiga no Espírito Santo, mas foi se aprofundando com o passar do tempo em todas as áreas. No período de 2002 a 2016 foram dez parcerias para atuação na educação: Programa Entre Jovens, Multicurso Matemática, Programa Jovens Urbanos, Educadores em Ação, Programa Educadores em Valores, Programa Coordenadores de Pais, Aceleração da Aprendizagem, Ações Júnior *Achievement*, Programa Jovem de Futuro e Programa Escola Viva. Os dois últimos, iniciados em 2015 com o novo governo de Hartung. Além disso, o estado foi pioneiro na terceirização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), terceirizou os serviços de vigilância e limpeza e atribuiu a uma empresa privada de recursos humanos a escolha dos diretores (GASPAR, 2016).

Destaca-se, em 2007, durante o segundo governo de Paulo Hartung, a criação do Bolsa SEDU⁹, proposta do empresariado do ES em Ação, responsável por comprar vagas de cursos técnicos em escolas particulares para alunos das escolas públicas visando criar uma massa com qualificação profissional para o mercado de trabalho local. Segundo Peterle (2016), Este programa esvazia o poder estatal e coloca a educação profissional como moeda de troca. Cria uma educação atrelada aos interesses privados com aspectos pedagógicos da Teoria do Capital Humano, não só formando o trabalhador para o mercado de trabalho, mas, também, culpando-o por sua formação e eventual fracasso escolar ou na vida profissional, o que exime de culpa e responsabilidade tanto o Estado quanto os empresários e, mais especificamente, o capitalismo (PETERLE, 2016).

Para Peterle (2016), com o Governo Renato Casagrande, em 2010, começa um movimento de aproximação com as políticas de educação desenvolvidas em nível nacional, ampliando o acesso e o investimento nessa área e utilizando a perspectiva da garantia de direitos, incluindo o incentivo ao ensino médio integrado, mesmo que privilegiando a iniciativa privada e a Teoria do Capital Humano, que propõe uma educação dual e fragmentada (PETERLE, 2016). A principal ação desse governo foi a adoção do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), iniciativa do governo federal que incentiva práticas inovadoras de currículo no ensino médio e amplia o tempo de permanência dos alunos na escola.

⁸ Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo. Política estruturante na educação do governo Hartung de 2015 a 2018. Atua no apoio à gestão, no fortalecimento da aprendizagem e no planejamento e suporte, voltada para a melhoria nas avaliações de larga escala, como Ideb e Prova Brasil.

⁹ Sigla para Secretaria da Educação.

Em seu terceiro governo, Paulo Hartung, em 2015, envidou esforços para implementar suas promessas de campanha, com foco no equilíbrio fiscal e nas políticas educacionais. Iniciou sua intervenção na educação com o Decreto nº 3.755/15, que determinou a contenção de gastos, e o Decreto 3.933/16, que determinou a qualificação dos gastos do executivo estadual. Essa política desembocou no fechamento de turmas, turnos, escolas e da educação de jovens e adultos e no impedimento de criação de novos cursos de educação profissional pela SEDU (PETERLE, 2016).

Segundo Peterle (2016), porém, nada disso ocorreu sem resistência, posto que houve diversas manifestações protagonizadas pelo movimento estudantil e, inclusive, a ocupação da SEDU por parte de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Essas ações promoveram a reabertura de turmas fechadas após um período de insistência em que o governo não queria dar ouvidos aos manifestantes (PETERLE, 2016). Além disso, Paulo Hartung cancelou o ProEMI no estado com a justificativa de não conseguir manter a contrapartida de remuneração dos profissionais envolvidos no programa federal (GASPAR, 2016). Por outro lado, dobrou o número de bolsas do programa Bolsa SEDU e criou o Programa Escola Viva (PETERLE, 2016).

Contraditoriamente, junto ao fim de programas e fechamento de turmas justificadas por supostas questões financeiras, iniciou-se a implementação da principal bandeira de campanha de seu governo, que seria uma proposta inovadora de educação valorizando a escola em tempo integral no ensino médio, com largo financiamento estatal para a garantia de infraestrutura e espaços de vivência (GASPAR, 2016).

Segundo Gaspar (2016), a implementação do Escola Viva ocorreu de forma turbulenta e apressada, sendo que se não fosse a oposição feita por meio de notas, manifestações e ocupações pela comunidade escolar, o programa teria sido implantado em caráter de urgência e sem nenhuma participação da população atendida. A resistência acarretou a realização de conversas com representantes estudantis e sindicais e a realização de algumas audiências públicas, que resultaram em concessões no projeto (GASPAR, 2016). Mesmo assim, o programa foi aprovado mediante manobra realizada no interior da ALES, cem dias após ter sido apresentado como projeto. Vale destacar que a escolha das escolas em que seria implementado o programa ocorreu, majoritariamente, à revelia dos interesses daquelas comunidades escolares, resultando em oposição, inclusive com ocupação de escola e eventuais derrotas do governo (GASPAR, 2016).

Em entrevista publicada no referido relatório de gestão (2017), Hartung admite que a implantação do programa exigiu esforços do governo, citando a necessidade de realizar debates com estudantes, professores, deputados e com a sociedade em geral para aprovar a proposta após 100 dias de tramitação “[...] o que ajudou na compreensão das pessoas sobre o que é o Programa Escola Viva” (ESPIRITO SANTO EM AÇÃO, 2017, p. 03). Ou seja, ignora que no período houve oposição da sociedade à implementação do programa e à forma autoritária de sua aprovação. Além disso, dá a entender que a oposição ocorrida foi por mero desconhecimento dos benefícios do projeto. Reconhece, outrossim, o Programa como sua principal proposta para a educação com o objetivo de construir uma educação mais atrativa para os jovens.

O currículo do Escola Viva é composto pela Base Nacional Comum, com aulas de português, arte, educação física, história, geografia, sociologia, filosofia, física, química, biologia, matemática, juntamente com inglês e espanhol, e pela parte diversificada, que conta com projeto de vida, estudo orientado, aprofundamento de estudos (preparação

acadêmica/mundo do trabalho) e vivências em protagonismo juvenil, distribuídas em uma carga horária diária de 9 horas e 30 minutos, sendo 7 horas e 30 minutos de aulas efetivas. O projeto de vida, parte essencial do currículo, visa elaborar um plano de curto, médio e longo prazo para que o educando projete seu futuro com o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, gerando o que chamam de protagonismo juvenil (ESCOLA VIVA, 2018).

Nesse sentido, o presidente do ICE diz que a proposta do instituto nasceu de uma pesquisa que identificaria como causa da evasão o fato de a escola atual ser “[...] chata e desconectada com o mundo real” (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2017, p. 05), sendo necessária uma escola “[...] acolhedora, atrativa, que agregasse valor e, sobretudo, focasse no projeto de vida do estudante [...] que atendesse às exigências educacionais, às habilidades socioemocionais, ao protagonismo” (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2017, p. 05). Tal metodologia recebeu o nome de Escola da Escolha e visa promover a responsabilização do jovem na construção do seu projeto de vida. Assim, o *site* do Escola Viva reafirma a linha defendida pelo ICE: currículo atrativo, infraestrutura adequada, espaços de vivência, utilização de salas temáticas, investimento muito superior ao das escolas regulares¹⁰ e professores trabalhando em regime de 40 horas semanais (ESCOLA VIVA, 2018).

Segundo Gaspar (2016), o programa tem em si o pressuposto de que o servidor público é incapaz de gerir a coisa pública, disseminando a ideologia neoliberal ao colocar o Estado como incapaz de gerir e executar os serviços públicos e ressaltando a qualidade de gestão da iniciativa privada, promovendo parcerias entre o público e o privado para gerir as áreas sociais, transformando direitos em serviços e cidadãos em clientes, encolhendo o espaço público democrático de direitos em favor da ampliação do espaço privado. Ademais, coloca como necessária a gestão empresarial de controle e responsabilização e a escola orientada para o mercado de trabalho, para o capital (GASPAR, 2016).

Vale destacar que, em matéria veiculada no *site* do ES em Ação, em 12 de julho de 2018, a entidade afirma que o Escola Viva pretende “[...] estimular a formação de estudantes dos ensinos fundamental e médio, sempre alinhada às demandas, competências e valores do mercado” (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2018). Em consonância com o explicitado, o relatório de gestão (2017) expõe que o núcleo de educação do ES em Ação desenvolveria o papel de acompanhar e monitorar o programa, garantindo qualidade e continuidade, tendo realizado em 2017, 80 ciclos de acompanhamento formativo nas escolas e analisado o desenvolvimento da metodologia do programa. Além disso, contrataram a Consultoria *Integration* para otimizar a expansão das unidades e a Consultoria Falconi para otimizar os gastos do governo em educação, o que teria resultado na economia de cem milhões de reais por ano.

Esse modelo e essas ações coadunam com a perspectiva dos dirigentes do ICE, que veem a gestão escolar como a gestão de uma pequena empresa e a de uma rede escolar como a de uma grande empresa. Daí decorre a aplicação automática de modelos de gestão empresarial na escola, sem mediação e ignorando que a escola pública é um espaço que visa à garantia de direitos básicos à população e não ao lucro de agentes privados. Essa inadequação entre objetivos e modelo de gestão indica que

¹⁰ Em 2016, o Escola Viva recebeu por aluno, em média, cinco vezes mais que as demais escolas que ofertam ensino médio integrado (PETERLE, 2016).

a escola pública passa a buscar fins privados (PETERLE, 2016).

O modelo de formação é orientado para o mercado de trabalho e para as metas, desconsiderando a integralidade dos sujeitos e a complexidade social¹¹. A ampliação do tempo na escola privilegia disciplinas que têm papel crucial em avaliações de larga escala, deixando muito pouco tempo para as demais disciplinas e para ações educativas diferenciadas (GASPAR, 2016). Ele também utiliza a “pedagogia da presença” para fazer os jovens aceitarem suas condições de forma positiva, num processo de “docilização”. Aqueles que não se adequam aos parâmetros são transferidos para escolas regulares. Nessa proposta pedagógica o sucesso escolar está associado a desempenho, esforço e competência individual do aluno para adaptar-se às necessidades do capital por meio do empreendedorismo, da inteligência emocional, da autogestão etc. Ao fim, a intenção é formar mão de obra barata e com pouca capacidade de reflexão (PETERLE, 2016). Essa proposta pode ser vista no Projeto de Vida, fundamental para atribuir aos educandos o projeto de dedicar suas vidas a atender às demandas do capital, e nos temas das atividades pedagógicas e curriculares do próprio ICE: empregabilidade, associativismo, empreendedorismo, qualificação profissional (PETERLE, 2016).

Portanto, segundo Gaspar (2016), a grande intenção do Escola Viva é a aplicação de mecanismos de controle e responsabilização na educação para formar uma geração de jovens adeptos da ideologia das empresas do ES em Ação e aptos ao controle de qualidade total e outras exigências do mercado de trabalho num período de exacerbação neoliberal, além de transformar a educação pública em parte da indústria de serviços educacionais e aumentar os resultados das avaliações de larga escala, o que mostraria que a escola da escolha só aponta uma opção: servir ao mercado de trabalho. Nesse sentido, o projeto tem clara intenção de aumentar o poder econômico, político e ideológico dos proponentes (GASPAR, 2016), coisa exposta em diversos momentos no relatório de gestão (2017), posto que insistentemente afirmam que o programa não é um projeto de governo, mas de Estado, deixando claras as pretensões hegemônicas de longo prazo envolvidas.

CONCLUSÃO

Com o exposto, pretendemos traçar alguns apontamentos como conclusivos para o atual artigo, mesmo havendo margem para maiores aprofundamentos e questões que não receberam o devido tratamento no presente texto.

Podemos verificar que a ação estatal auxiliou na organização formal de um aparelho privado de hegemonia, denominado ES em Ação, que passou a agir como entidade representativa de importante parcela do bloco no poder, assim como das frações de classe hegemônicas no interior do bloco. Tal entidade passou a pautar de forma bem organizada os seus interesses políticos, econômicos e ideológicos junto ao poder público por meio da influência exercida sobre o executivo estadual, demonstrando sua capacidade política de ampliar sua hegemonia pelos meios de comunicação, *lobby*,

¹¹ A escola em tempo integral é aquela em que se estende a permanência dos estudantes na escola, possibilitando ocupar os estudantes durante todo o dia, ou a maior parte do dia. A formação integral é aquela que pretende formar o ser em sua integralidade, pensando na ciência, cultura, trabalho e tecnologia para a construção do ser social capaz de se colocar de forma crítica no mundo, colaborando para a emancipação social. Assim, não necessariamente a educação em tempo integral leva a uma formação omnilateral dos educandos (PETERLE, 2016).

planos estratégicos, estudos, pesquisas, eventos, relações de proximidade com os poderes executivo e legislativo federal, bem como pelo apoio financeiro para a implantação e continuação dos programas.

A construção e a implementação dos planos ES-2025 e ES-2030 influenciaram ainda mais a ampliação da hegemonia burguesa no estado, visto que mobilizaram amplos setores utilizando-os como apoio para sua proposta de desenvolvimento econômico, superação do passado inglório e transformação do estado em referência para o país.

Para consolidar a hegemonia, realizaram concessões pela pressão de setores populares que não participaram da formulação dos planos de governo e das políticas públicas. Porém, isso não inviabiliza a existência de uma hegemonia econômica, política e ideológica no Espírito Santo capitaneada pelas empresas partícipes do ES em Ação. Pelo contrário, indica que o bloco no poder abriu concessões para manter sua hegemonia e angariar o consenso popular para não abrir espaço para o surgimento de uma contra hegemonia.

Com isso claro, podemos verificar a atuação desses sujeitos nas políticas educacionais, sendo notório que, durante todo o período de hegemonia do ES em Ação, as políticas educacionais estiveram pautadas nas parcerias entre o público e o privado, seja pela compra de vagas em escolas técnicas e faculdades particulares, gerando lucro direto para empresários da área educacional, seja pela formação de mão de obra para atuação nas empresas capixabas ou até pela propagação da visão de mundo dessas empresas, que remete aos valores do empreendedorismo e da adaptabilidade, próprios do período neoliberal que vivemos.

No terceiro governo Hartung houve clara intenção de utilizar as políticas educacionais para a obtenção de vantagens para os proponentes dessas políticas, expandindo sua hegemonia. O que deixa isso evidente é o peso colocado em políticas realizadas em parceria com o ES em Ação, tais como o Programa Jovens de Futuro, o aumento do investimento no Bolsa SEDU e a implantação do Programa Escola Viva, todas iniciativas empresariais que atendem aos interesses dessas empresas.

A utilização das metodologias da Escola da Escolha e da Pedagogia da Presença, vinculadas ao aprender a aprender e à Teoria do Capital Humano levaram a ganhos ideológicos, econômicos e políticos pelos entes partícipes. Ideológico pela formação de sujeitos identificados com a visão de mundo e a ideologia das empresas; econômico por formar profissionais preparados para uma atuação profissional que atenda às necessidades dessas empresas num período de exacerbação do neoliberalismo; e político por colocar a gestão de espaços públicos sob controle de entidades privadas, gerando outros dividendos como a imagem das empresas como sendo responsáveis socialmente. Porém, o maior dividendo político é a consonância entre a reforma aplicada no estado e sua influência no processo nacional, seja pelo conteúdo da reforma, seja pelo *modus operandi* dos governos em sua aplicação.

Podemos, então, fazer uma reflexão sobre a dualidade colocada entre a “Escola Viva” e a “escola morta”, que seria o ensino médio regular, seriamente golpeado pelo governo em questão com a descontinuação do ProEMI e a política de retirada de investimentos das escolas públicas regulares, com fechamento de turmas, turnos, escolas etc. Assim, se considerado morto, o ensino médio regular teria ido a óbito por “assassinato” por motivos torpes (ampliar o financiamento, a publicidade e a efetividade das políticas por eles propostas) e não por causas naturais. Os “assassinos” têm nome e endereço: governo Paulo Hartung e ES em Ação.

Os interesses por trás desse “assassinato” são a formação de trabalhadores que compactuem com a visão de mundo das empresas e estão adaptados às mudanças e imprevisibilidades do mercado de trabalho flexível, portanto, menos questionadores e mais produtivos. Além disso, a geração de lucro direto para os empresários da educação, via transferência de valores para o setor privado e de isenções fiscais; o aumento da visão dessas empresas como socialmente responsáveis pela sociedade; e a promoção política dos envolvidos.

REFERÊNCIAS

BERRINGER, T. **Bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula**. Campinas, SP: [S.N.], 2014.

BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. FGV/SP. 2012.

BOITO JR., A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 42, p. 155-162, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio – Dúvidas**. Brasília, DF. 2017b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Portal. **Conheça as mudanças que ocorrerão no ensino médio**. Brasília, DF. 2017c. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/02/conheca-as-mudancas-que-ocorrerao-no-ensino-medio>. Acesso em: 25 abr. 2017.

BUGIATO, C. A cadeia imperialista das relações interestatais: a teoria do imperialismo de Nicos Poulantzas. **Quaestio Iuris**. v. 7, n. 2, Rio de Janeiro, 2014. pp. 453-468. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/13420/10321>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CARDOSO, M. L. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados/USP, n. 6, jul. (Coleção Documentos – Série História Cultural). Republicado na revista **Ideias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências** (IFCH)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, ano 4, n. 1/2, jan./dez. 1997.

CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. (equipe de trad. Puccamp) 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

Paulo Hartung assume pela terceira vez o governo do Espírito Santo. **Correio Braziliense**, Brasília, 01 jan. 2015, Política. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/01/01/-/interna_politica,464349/paulo-hartung-assume-pela-terceira-vez-o-governo-do-espírito-santo.shtml. Acesso em: 20 fev. 2020.

DA SILVA, F. P. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES**, n. 5, p. 67-94, fev. 2015. Disponível em: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>. Acesso em 20 jan. 2020.

ESCOLA VIVA. Disponível em: <http://escolaviva.es.gov.br/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Educação**: Construindo um futuro promissor. Atividades do Programa Escola em Tempo Integral 2014/2017. Disponível em: http://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Relat%C3%B3rio-Gest%C3%A3o-ES-EM-A%C3%87%C3%83O-2017_280x220mm-media-qualidade.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Educação**: sem ela não chegamos a lugar nenhum. Disponível em: <http://es-acao.org.br/imprensa/educacao-sem-ela-nao-chegamos-a-lugar-algum/>. Acesso em: 17 set.

2018.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Espírito Santo em Ação quer multiplicar a Escola em Tempo Integral**. Disponível em: <http://es-acao.org.br/imprensa/espírito-santo-em-acao-quer-multiplicar-a-escola-em-tempo-integral/>. Acesso em: 02 jul. 2018.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Plano de Desenvolvimento ES-2030**. Disponível em: <http://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2018/03/es2030-1778-52cd4ffd3a564.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1981.

FERREIRA, E. B. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.** vol.38 no.139 Campinas abr./jun. 2017.

Escola do Século 21 terá que ensinar a ter concentração, diz secretário do ES. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1941999-escola-do-seculo-21-tera-que-ensinar-a-ter-concentracao-diz-secretario-do-es.shtml>. Acesso em: 02 jul. 2018.

As promessas de Hartung. **G1**. Vitória, 09 de jul. 2018. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/espírito-santo/2015/as-promessas-de-hartung/#!/3-anos-e-meio>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Em 3 anos e meio, mais de 60% das promessas de Hartung estão em aberto. **G1**. Vitória, 09 jul. 2018. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2015/01/paulo-hartung-toma-posse-como-governador-do-espírito-santo-1013885511.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GASPAR, R. S. **As figurações na Política Estadual de Educação em Tempo Integral no Espírito Santo**. Dissertação de mestrado. PPGE-Ufes, Vitória. 2016.

Hartung diz que é hora de “passar o bastão”. **Gazeta Online**. Vitória, 09 de jul. 2018. Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/eleicoes_2018/2018/07/hartung-diz-que-e-hora-de-passar-o-bastao-1014139120.html. Acesso em: 20 jul. 2018.

Paulo Hartung toma posse como governador do Espírito Santo. **Gazeta Online**. Vitória, 01 jan. 2015. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2015/01/paulo-hartung-toma-posse-como-governador-do-espírito-santo-1013885511.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Seis partidos assinam manifesto para Hartung ser candidato. **Gazeta Online**. Vitória, 24 de jul. 2018. Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/eleicoes_2018/2018/07/seis-partidos-assinam-manifesto-para-hartung-ser-candidato-1014141239.html. Acesso em: 20 ago. 2018.

IEL. **Maiores e melhores empresas**: Espírito Santo, 2017. Vitória: Grafitusa. Ano XXI, n. 21, nov. 2017. Disponível em: https://issuu.com/ielestagioses/docs/200_20_maiores_20_202017. Acesso em: 20 jul. 2018.

KRAWCYK, N.; FERRETI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

PETERLE, T. G. S. **A política estadual de educação no Espírito Santo**: o papel do projeto “Escola Viva” no direito social à educação básica e profissional. Dissertação de mestrado. PPGE-Ufes, Vitória. 2016.

POCHMANN, M. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, no. 139, p.309-330, abr.-jun., 2017.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, N. **O poder, o estado, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed. 1985.

RAINHA, J. **Articulação de Interesses entre o setor privado e o poder público**: o movimento empresarial Espírito Santo em Ação e o Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória – ES, 2012.

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 70, p. 30-48, 2016.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I – jul. de 2009.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11^a ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

Data da submissão: 30/30/2020

Data da aprovação: 18/08/2021